

AGRICULTURA FAMILIAR E ASSOCIATIVISMO RURAL – O CASO ASSOCIAÇÃO HARMONIA DE AGRICULTURA FAMILIAR DE MATO GROSSO DO SUL E A SUA SUSTENTABILIDADE

Hélia Rosani Toniasso¹
Celso Correia de Souza²
Eron Brum³
Regina Sueiro de Figueiredo⁴

RESUMO: O foco deste trabalho de pesquisa foi apresentar um diagnóstico da realidade atual da Associação Harmonia de Agricultura Familiar – ASHAGAFA, do município de Jaraguari, MS, organização associativista de agricultura familiar, financiada pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul, de suas condições de sustentabilidade e cuidados ambientais gerais. Na investigação do perfil sócio-econômico e cultural dos seus associados, das condições gerais de produção e cuidados ambientais adotados pela associação, da situação econômica atual da associação e associados e visão destas associações pelo ângulo do Programa de Crédito Fundiário de MS. Definiu-se como pesquisa descritiva exploratória do tipo estudo de caso e pautou-se em resultados obtidos por meio de aplicação de questionários, entrevista e visita *in loco*. A análise dos dados encontrados permitiu identificar que se trata de uma associação em sistema de propriedade pró-indiviso, com produção do tipo associação de cooperação mútua, com maior população de associados em faixa etária abaixo dos 50 anos (47,1%), e, portanto em idade produtiva, mas que pode tornar-se crítica a curto prazo, pois há 41,2% acima dos 50 anos; 76,5% são homens; grau de instrução entre o ensino fundamental e o ensino médio; média de dois filhos por família; renda atual na faixa do salário mínimo oficial, obtida em atividades fora da Associação; áreas de produção comum em situação de abandono, com problemas ambientais como erosão e degradação de solo por erro de manejo; inadimplentes com o Fundo de Terras e da Reforma Agrária / Banco da Terra e PRONAF, do Banco do Brasil. Em processo de renegociação das dívidas com o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Sugeriu-se uma ação diagnóstica específica para a Associação, para após ocorrer o planejamento e execução de atividades de apoio, pesquisa social e fomento do desenvolvimento sustentável no interior dessas comunidades, como alternativa de mudar o rumo da história desse contingente humano.

PALAVRAS-CHAVE: Associação ASHAGAFA/MS, propriedade pró-indiviso, Programa de Crédito Fundiário.

JEL: D71, L31

1 INTRODUÇÃO

O problema da distribuição da terra agricultável no mundo data de tempos remotos na história do homem. Hoje, como ontem, a terra em condições de ser explorada causa sérios problemas aos governantes de praticamente todos os países, pois, ao ser base de sustentação econômica para a produção de alimentos, gera emprego e renda, garante o fornecimento de matérias-primas para a indústria, fomenta o comércio e os serviços das áreas urbanas e desperta o desejo da posse daqueles que têm na terra seu principal meio de subsistência.

O governo brasileiro buscando meios de propiciar o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra, para produção de alimentos, em 1998 criou o Banco da Terra, substituído pelo Crédito Fundiário em 2005, para administrar os recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária. O intuito era o de facilitar o crédito rural aos trabalhadores que desejassem financiar o sonho de aquisição de propriedades rurais de modo associativo, que lhes garantissem moradias e sustentos das famílias.

Disseminada a informação de criação desta instituição no estado de Mato Grosso do Sul, diversas iniciativas se formaram com a finalidade de pleitearem financiamentos para aquisições de terras.

O caminho buscado por esses trabalhadores, até meados de 2005, consistia em procurar áreas rurais que julgavam agricultáveis, e que estivessem à venda, constituir legalmente associações, com grupos de 20 a 30 pessoas físicas, normalmente chefes de família, com registro de documentação constitutiva em cartório. Após, contatava-se o Banco da Terra, representado pelo Banco do Brasil, para os financiamentos com recursos do Fundo da Terra e Reforma

¹ Mestranda do Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal – UNIDERP, Campus III, Campo Grande, MS. heliart@terra.com.br

² Professor do Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da UNIDERP, Campus III, Campo Grande, MS. celsocorreia@mail.uniderp.br.

³ Professor do Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da UNIDERP, Campus III, Campo Grande, MS. eronbrum@terra.com.br, cmdr@uniderp.br

⁴ Professora do Programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da UNIDERP, Campus III, Campo Grande, MS. rsueiro@uol.com.br

Agrária, para a aquisição das terras e para benfeitorias básicas. Além disso, para as primeiras culturas, solicitavam-se recursos do PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, pelo próprio Banco do Brasil.

Na região de Campo Grande, MS encontram-se quatro associações desse estilo, denominadas respectivamente, de: ANPAF (Associação Nascente do Prosa de Agricultura Familiar), JATOBÁ (Associação Jatobá de Agricultura Familiar), ASHAGAFA (Associação Harmonia de Agricultura Familiar) e ACUAF (Associação Central Única de Agricultura Familiar), proprietárias em conjunto da antiga Fazenda Harmonia, no município de Jaraguari, MS. A Associação Harmonia da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul foi o objeto de estudo deste trabalho de pesquisa.

O estudo deste tipo de associação justifica-se, principalmente porque como afirmou Lamarche (1998), “a agricultura mundial está em crise na grande maioria dos países, em todos os continentes, com sérios problemas ao desenvolvimento, destacando-se nesses apenas dois modelos de referência capazes de melhorá-la e provocar fortalecimento econômico e social: aquele estruturado na produção individual, dentro de sistema econômico liberal e aquele baseado na organização coletiva do trabalho e dos meios de produção, em sistema econômico planejado”. A Associação objeto desta pesquisa enquadra-se neste último.

A problemática norteadora deste estudo foi definida como: “após a adoção da agricultura familiar em sistema de associativismo rural, qual é a realidade econômica, sócio-cultural e ambiental atual da ASHAGAFA/MS.?”

Ao avaliar as condições gerais da Associação, objeto deste estudo, pretendeu-se fazer um diagnóstico da realidade atual dessa organização associativista de agricultura familiar, financiada pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul, das suas condições de sustentabilidade e cuidados ambientais gerais, estabelecendo-o como objetivo geral. Como objetivos específicos podemos destacar: delinear o perfil sócio-econômico e cultural dos associados da ASHAGAFA/MS; identificar a situação econômico-financeira da Associação e associados; registrar as condições gerais de produção e cuidados ambientais adotados pela Associação estudada; e comparar a situação da ASHAGAFA/MS e associações similares pelo ângulo do Programa de Crédito Fundiário de Mato Grosso do Sul.

A contribuição deste estudo é trazer subsídios para construir uma base teórica e prática que permita orientações a outras iniciativas públicas e privadas que possam promover melhorias visando a sustentabilidade dessas comunidades.

1.1 Agricultura familiar mundial e brasileira

A perspectiva mundial em relação à agricultura é delicada, pois, com o aumento populacional contínuo, exige-se uma crescente produção de alimentos e a agricultura familiar em formato associativista, além de atender às necessidades de trabalho e renda de uma parcela significativa da população humana com habilidade e tradição nas lides do campo, teoricamente, apresenta-se como uma das alternativas na solução do problema da produção de alimentos e digna fixação do homem no campo.

Lamarche (1998) em seus estudos explica que a crise da agricultura é mundial, causando sérios problemas ao desenvolvimento, apresentando, como já foi dito, apenas dois modelos que são referências para a transformação da agricultura e garantir o seu fortalecimento: um baseado em estruturas de produção individuais, e outro, organizado como economia planejada, em sistema coletivo de trabalho e dos meios de produção. A constituição de associações de agricultura familiar, então, responderia à expectativa mundial para resolver parte dessa crise.

Quando se trata de associativismo rural de pequenos produtores, a cooperação mútua desponta como base de sustentação, o que levou Benecke (1992, p.82) a afirmar que “cooperação cooperativa se dá quando um grupo de indivíduos independentes toma a seu cargo, conjuntamente, uma empresa com a intenção de utilizar dos serviços econômicos por ela proporcionados”, e informar que, efetivamente, dentro dessa realidade associativista, dois elementos se destacam: há a empresa cooperativa e os indivíduos, e estes são ao mesmo tempo donos e usuários da empresa cooperativa, denominados de associados, sócios ou membros cooperadores.

No Brasil convencionou-se que associativismo e agricultura familiar fariam uma boa combinação para o desenvolvimento das comunidades rurais mais pobres, investindo em projetos de assentamento rural no formato associativista (GORGEN e STÉDILE, 1991).

Para Barbieri (1997), o desenvolvimento é resultado de um processo sistêmico de crescimento econômico, gerando aumento do Produto Interno Bruto - PIB e da renda *per capita*, que dentro do ciclo, após o processamento, retorna à sociedade geradora, com investimentos de melhoria em todos os ângulos que ela precise: emprego, renda, moradia, educação, transporte, saúde, segurança, avanços tecnológicos para melhorar as condições de produção, entre outros.

Em análise à situação do Brasil quanto à agricultura familiar ou de latifúndio, Lamarche (1998:29) informa:

A população rural brasileira viveu, particularmente nessas últimas décadas, um intenso movimento de migração interna. Parte deste processo se traduziu por um enorme êxodo para as cidades. Outra parte importante, no entanto, ocorreu no interior das próprias áreas rurais e se traduziu pelo deslocamento de população na direção das fronteiras agrícolas.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável, remete-se às propostas debatidas e registradas no documento que se convencionou chamar de Agenda 21. E quando se fala do homem agricultor, como ser social e de suas necessidades, o termo desenvolvimento é avaliado por ângulos básicos, como o proposto por Maslow (1943, citado por Maximiano 2004:271), que ao propor a pirâmide da hierarquia das necessidades humanas, dividida nas cinco categorias, da base para o topo: Necessidades básicas; Necessidades de segurança; Necessidades sociais; Necessidades

de estima; e Necessidades de auto-realização, que permitiu maior visão das conseqüências positivas ou negativas dos sistemas produtivos adotados nos diversos países.

A base da pirâmide de Maslow corresponde às necessidades ditas fisiológicas, que correspondem ao ar que se respira, à comida que se ingere, ao repouso, abrigo, saúde, etc. Se esta não for satisfeita, não haverá psicologicamente condições do ser humano ir em busca da próxima, correspondente às necessidades de segurança.

1.2 O cooperativismo e o associativismo

Cooperativismo é um termo que encerra especificidades que prescindem de esclarecimento, tal a variedade de características e usos que são encontradas nas mais diferentes sociedades. Cooperativismo vem de cooperativa, que por sua vez originou-se do termo cooperação que, como informa Cavalcanti (2006, p.11), “etimologicamente, vem do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari*, produzir junto, produzir em conjunto”.

Rios (1998, citado por Cavalcanti (2006:12)) informa que o “Cooperativismo é uma doutrina econômica estruturada para a geração de riquezas por meio do livre associativismo entre pessoas que, espontaneamente, concordam em criar uma cooperativa, unidas pelos mesmos ideais e tendo os mesmos objetivos. O Cooperativismo, então, seria uma alternativa de exploração de atividade econômica que objetiva a satisfação das necessidades comuns de seus associados ou cooperados de forma conjunta e não com exclusividade para este ou aquele membro.

As associações de agricultura familiar que têm se formado em todos os estados brasileiros se constituem como organizações sociais ou de economia social que, como afirma Pimenta e outros (2006, p.84), “são aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro. Essas atividades seriam exercidas por sociedades cooperativas, organizações mutualistas e associações”.

Essas associações de economia solidária ou social, no caso das focadas em agricultura familiar, têm por princípio a cooperação cooperativa ou mútua. Benecke (1992, p.82), ao explicar sobre o assunto expõe-se que “cooperação cooperativa dá-se quando um grupo de indivíduos, legalmente independentes, toma a seu cargo, conjuntamente, uma empresa com a intenção de utilizar os serviços econômicos por ela proporcionados.”

De acordo com a A. C. I. (2005), o início do movimento cooperativista no Brasil é de 1847, quando o médico francês, Jean Maurice Faivre, seguidor de Charles Fourier, fundou, com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Com vida curta, essa organização caracterizou-se como “elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro”. Em Minas Gerais, as cooperativas agropecuárias surgiram a partir de 1907, com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, que até então era controlada por estrangeiros. Também foram surgindo no Sul do Brasil, principalmente, nas comunidades de origem alemã e italiana, que já conheciam o sistema cooperativista europeu. Hoje o cooperativismo agropecuário está presente em todo território nacional, participando ativamente nas exportações, formando o segmento economicamente mais forte do cooperativismo brasileiro.

Quanto ao associativismo rural, Sperry e outros (2003), afirmam que após a criação de associações formadas por pequenos agricultores, as lavouras desse tipo apresentaram-se como possibilidades bem maiores do que as de fundo assistencial. A exploração da forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações.

1.3 Os movimentos pela terra

Lamarche (1998) afirma que o agricultor, por meio de sua apreciação subjetiva, avalia sua necessidade de terra, ligando-a à representação do bem fundiário. Observa-se também que as trajetórias fundiárias dos estabelecimentos inscrevem-se num contexto social que traz a marca de processos de acumulação fundiária mais ou menos rápidos e intensos, e que afetam de maneira diferenciada as diversas categorias. Acrescenta, ainda, que de cada dez agricultores, nove teriam disposição para investimentos na terra se tivessem disposição de qualquer recurso e cinco investiriam prioritariamente nisso.

Com a intensa mecanização da agricultura, introduzida pelo acesso às novas e modernas tecnologias, muitos trabalhadores rurais deixaram o campo em direção às cidades, criando aí, cinturões de pobreza ao seu redor. Com isso, sofrendo os problemas causados pela falta de infra-estrutura, de condições sociais e econômicas, transformando-se em mão-de-obra barata e desqualificada para as atividades em negócios urbanos. Conseqüentemente, pela falta de emprego suficiente, pelas condições inadequadas de convivência social e de desenvolvimento cultural, a promiscuidade natural nessa situação, acaba refletindo, de forma profunda, nos índices de criminalidade das áreas urbanas MST (2006).

Com extensas áreas rurais ainda por serem exploradas, o Brasil tem registrado histórias de conflitos agrários desde o século XIX. De acordo com o MST (2006), essa história começou com a Guerra de Canudos e Contestado, no final do século XIX. Além dessas, as Ligas Camponesas e Máster (Movimento dos Agricultores Sem Terra) entre 1950 e 1964 são algumas das muitas experiências em que trabalhadores rurais se organizaram para buscar melhores condições de trabalho e vida, em busca da terra, como alternativa de retomada de sua própria cidadania.

A partir do início dos anos 80, agravou-se a situação econômica nacional, com índices elevados de desemprego, greves gerais, fechamento de indústrias, dificuldades de equilibrar a balança comercial brasileira quanto às exportações. Sentiu-se o estímulo ao fluxo migratório no sentido cidade – campo daquelas pessoas segregadas nas cidades. Com a expectativa de conseguir um pedaço de terra que pudesse alterar sua situação social e condição

econômica, famílias inteiras se deslocam da periferia das cidades para o campo, engrossando as fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), hoje líder da mobilização social no campo, além dos outros movimentos como o da CUT - Central Única dos Trabalhadores e da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, composta pela FETAGRI - Federações dos Trabalhadores na Agricultura e CPT - Comissão Pastoral da Terra.

A Constituição Brasileira de 1988 trouxe em seu conteúdo novas concepções sobre os direitos e deveres do cidadão. Quanto ao direito de propriedade da terra, o princípio da função social sobrepôs-se ao antigo sentido do direito privado da propriedade. A terra tornou-se um fator de desenvolvimento social e econômico, deixando de representar mera parcela do patrimônio privado de alguém.

Apesar dos assentamentos de trabalhadores rurais terem aumentado nos últimos anos, o efeito esperado não tem sido o alcançado. A estruturação de formato desses assentamentos, visando criar novas comunidades de produção ou simplesmente colocar o homem de volta no campo, tem sido um dos questionamentos mais constantes dos críticos pertinazes da reforma agrária, realizada pelo Governo Federal, como é o caso do próprio MST (MST, 2006).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Constituída em 11 de fevereiro de 2001, por ata de fundação lavrada em assembléia constituinte, a Associação Harmonia da Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul, também conhecida pela sigla ASHAGAFA/MS, objeto de estudo desta pesquisa, foi instalada no município de Jaraguari, MS, na propriedade denominada Fazenda Gasperin, com área de 374,9944 ha - gleba C da Fazenda Harmonia com área total de 2.162,2532 ha. Neste local também, foram instaladas outras três associações do mesmo tipo: Associação Nascente do Prosa de Agricultura Familiar de MS - ANPAF/MS; Associação Jatobá de Agricultura Familiar de MS - JATOBÁ/MS e Associação Central Única de Agricultura Familiar de MS - ACUAF/MS.

Constituiu-se a Associação ASHAGAFA/MS como sociedade civil sem fins lucrativos, no formato de "associação de pequenos produtores rurais", sob os princípios associativos de cooperação cooperativada, com o número de 25 associados, e sua estrutura administrativa foi definida pelos órgãos e cargos diretivos: Assembléia Geral, Diretoria Executiva, esta última composta de Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário, além de Conselho Fiscal composto por mais três associados, todos eleitos em assembléia geral por maioria de votos.

A partir da perspectiva de avaliar as condições gerais da associação, delineou-se a presente pesquisa coletando-se dados por meio de entrevistas com a aplicação de questionários, análise de documentos, análise *in loco* do próprio ambiente do assentamento rural, para construir a "fotografia" da ASHAGAFA / MS que permitisse visão global da sua situação, para que se pudesse realizar um diagnóstico da mesma.

Para viabilizar este trabalho, dois caminhos despontaram como necessários: o de estudo de caso e o de análise teórica, sem dissociá-los, pois o "caso" somente se sustenta se estiver amparado pela base teórica.

Assim, o tipo de pesquisa utilizado foi a exploratória, com o método do estudo de caso, pois como afirma Acevedo e Nohara (2004:51), "o principal objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior compreensão do fenômeno que está sendo investigado, permitindo que o pesquisador delimite de forma mais precisa o problema. [...]"

Como argumenta, ainda, Acevedo e Nohara (2004:53), "o estudo de caso caracteriza-se pela análise em profundidade de um objeto ou um grupo de objetos, que possam ser indivíduos ou organizações. [...]"

O método do estudo de caso, segundo Yin (1989, citado por Gonçalves e Meirelles, 2004:190), "é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo, dentro de um contexto da vida real, especialmente quando não há definição clara entre o contexto e o fenômeno".

Caracteriza-se, também, como pesquisa descritiva, pois ao descreverem-se as características gerais do assentamento, obtidas, via questionários semi-estruturados e observação direta do ambiente físico, se busca a descrição do fenômeno e as relações entre os conceitos envolvidos no mesmo. Para concretizar esta pesquisa descritiva exploratória, do tipo estudo de caso, foram levantados, ainda, dados secundários por meio de consultas bibliográficas, documentais e estatísticas, no período de agosto/2005 a agosto/2007.

A população foi composta pelas 25 famílias e a amostra restringiu-se a 17 associados e suas famílias, além da representante do Programa Nacional de Crédito Fundiário, totalizando 69,2% da população pesquisada.

O plano de coleta de dados previu visitas à Associação, com entrevistas, inicialmente informais e, após, formais e dirigidas, bem como a análise de documentos específicos da formalização da Associação, seus negócios e planos agropecuários e financiamentos.

Os questionários, após sua aplicação, foram analisados quanto aos preenchimentos, e os resultados foram digitados e analisados estatisticamente utilizando o software SPHINX 5.0, em termos de frequência simples, cruzamentos de informações, com o cálculo do parâmetro estatístico Qui-quadrado, para mostrar a associação ou dependência entre as variáveis envolvidas no teste, dando ênfase àqueles estatisticamente significantes. Testes utilizando análise de correspondência múltipla também foram realizados, no sentido de usar um conjunto de variáveis para explicar o comportamento de uma outra variável, indicando as porcentagens de variâncias explicadas pelos eixos horizontal e vertical.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os associados da Associação Harmonia de Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul - ASHAGafa /MS, considerando tanto aqueles que têm documentação legalizada, quanto aqueles que possuem contratos particulares, denominados “contratos de gaveta”, na sua maioria são do sexo masculino, em torno de 76,5%. As faixas etárias estão assim distribuídas: 41,2% estão acima de 50 anos, 29,4% estão na faixa etária de 35 a 39 anos, 11,8% estão na faixa de 16 a 24 anos e 5,9% estão na faixa de 24 a 34 anos. Conclui-se, daí, que a força de trabalho na Associação está acima dos 50anos, caracterizando um fator limitador ao trabalho individual e coletivo no assentamento, a não ser que os filhos sejam envolvidos na força de trabalho das famílias.

Quanto ao grau de instrução dos assentados, supunha-se um universo próximo do analfabetismo e a realidade apresentada é outra, visto que a maioria dos assentados tem como grau de escolaridade o Ensino Médio completo, em torno de 35,3%, número até certo ponto expressivo, com igual quantidade, 35,3%, com o Ensino Fundamental completo e 23,5% deles cursaram até a quarta série do Ensino Fundamental. Os restantes, 5,9% dos associados, não responderam sobre o seu grau de instrução.

Quanto ao número médio de filhos dos assentados, a maioria das famílias tem dois filhos, em torno de 35,3%, o que está muito próximo da realidade do país, apesar de encontrar no assentamento famílias com até 6 filhos ou mais. Os filhos, neste caso, representam força de trabalho, inclusive, visto que a maioria dos proprietários tem mais de 50 anos, com filhos em idade de contribuir com o trabalho tanto para a família em si, quanto para a Associação.

Observa-se que a maioria dos atuais sócios da Associação, 70,6%, são pessoas que ingressaram após a constituição desta, por negociação do “direito” de posse com os ex-associados (41,2%), ou com a própria Associação (23,5%). Um total de 5,9% indicaram outras formas de entrada.

Como na Associação existem áreas comuns de produção, de maior extensão, bem como áreas menores para a produção individual de cada associado, visando, principalmente, a produção para a própria subsistência, a constatação é de total abandono das áreas de produção comuns. Os dados obtidos por meio dos questionários não conferem com a realidade observada na visitação *in loco*. Nas áreas comuns não há sinais de quaisquer atividades desenvolvidas comunitariamente.

Quanto às atividades exclusivas nas áreas individuais, as maiores incidências de respostas ficaram com produção de aves e ovos (22,6%), e produção de hortaliças (22,6%), destacando-se que 14,4% preferiram não responder.

Pelos resultados obtidos, a produção de aves e ovos é a maior responsável pela receita de venda externa, seguida das atividades de produção de hortaliças e outros produtos hortifrutigranjeiros, além da produção de gado bovino de corte e de leite, resultantes da produção individual. Associações desse tipo exigem o envolvimento dos associados em trabalho de equipe, pois pressupõe que a cooperação mútua seja a base de sustentação das várias atividades produtivas que poderiam desenvolver nas áreas comuns, como afirma Benecke (1992, p.82).

Na pesquisa constatou-se que, atualmente, a Associação está sem assistência técnica efetiva, embora 17,6% dos respondentes tenham afirmado positivamente, isto é, que existe assistência técnica. Entretanto, a assistência da Unidade Técnica da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER (antigo IDATERRA) está à disposição, devendo ser acionada quando necessária.

Dos respondentes, 47,1% consideram que a Associação esteja adequadamente mecanizada. Outros 29,4% afirmaram que estão deficitários quanto a máquinas motorizadas e equipamentos, o que de certa forma é confirmado pelas respostas de outros 11,8% que indicaram o uso de tração animal ou manual por falta de máquinas motorizadas e 5,9% informaram que se utilizam de outras opções de meios de produção.

A maioria, 52,9%, aponta deficiências no setor de mecanização da agricultura, confirmadas durante a visitação e conversas informais, pois embora disponham de 2 tratores, carreta e outros implementos agrícolas, estes estão sem uso por falta de reparos e recursos para o combustível, entre outros problemas.

Produzir em sistema de cooperação mútua, além de planejamento, exige organização da força de trabalho, para que haja equilíbrio entre os associados nas atividades a serem desenvolvidas. Para delinear este ângulo da ASHAGafa/MS, os dados mostram que 52,9% dos entrevistados não responderam quanto ao grau de envolvimento nas atividades de produção, pelo simples fato de que não estão produzindo nada em conjunto. O que se produz na Associação está restrito aos lotes individuais e, portanto, é do associado e não da Associação.

Em organizações de agricultura familiar como a desta Associação, os associados costumam vincular-se com objetivos e metas que envolvem desde a satisfação de suas necessidades básicas de alimentação, moradia e saúde às demais necessidades indicadas por Maslow (1943, citado por Maximiano, 2004), em sua “hierarquia de necessidades”, pois esta é sua atividade produtiva de subsistência. Por isso, a avaliação quanto ao nível de satisfação com o que se produz permite a compreensão se estas necessidades estão ou não sendo atendidas.

O grau de insatisfação quanto às condições gerais de produção nas áreas comuns é grande. Da população de associados, 70,6% estão insatisfeitos e 11,8% preferiram não responder à pergunta, sinalizando a possível insatisfação não declarada. 17,6% informaram que as insatisfações quanto às condições gerais de produção nas áreas comuns ocorrem pelo fato destas serem insuficientes para atenderem às necessidades dos assentados e de suas famílias. 11,8% alegam que existem dificuldades da Associação negociar seus produtos. 41,2 % indicaram que existem outras razões para as insatisfações, não informando, porém, quais seriam. 23,5% preferiram não responder e 5,9% acreditam que os preços de compra de matéria-prima e os preços de venda do que se produz são incompatíveis.

Os cuidados ambientais são necessários para garantir as condições gerais de estabilidade entre as atividades produtivas e o meio ambiente, garantindo a sobrevivência das populações locais. Uma Associação como a ASHAGAFA/MS, com 25 famílias instaladas, usufruindo do solo, da água, do ar, em área rural, envolve a preocupação com as condições e cuidados gerais importantes para que os níveis de produtividade e qualidade de vida estejam garantidos para as pessoas que aí estão instaladas e também para as gerações futuras. Assim, vários pontos foram questionados, com o intuito de levantar dados que permitissem delineamento da situação atual quanto às questões ambientais da área física dessa organização.

Constatou-se, na pesquisa, que no entendimento de 60% dos associados, as margens e nascentes estão protegidas por faixa média de 50 metros de vegetação nativa. Porém, 20% afirmaram que margens e nascente têm livre acesso de pessoas e animais. Por outro lado, 16% deles entendem que não existem cuidados específicos quanto a essas questões e 4% acreditam que a faixa de vegetação nativa esteja em torno de 100 metros.

Após a visitação *in loco* constatou-se que a faixa média de vegetação nativa é de 50 metros, com livre acesso de pessoas e animais às margens e nascentes. Não há culturas agrícolas nas áreas comuns e nas áreas de pastagens não há trabalho de limpeza, confirmando 57,1% das respostas dos associados de que não há uso de medidas corretivas. Entretanto, uma frequência de 19,0% afirma que existe uso de medidas corretivas, incluindo adubação, calcareação e plantio de vegetação adequada para segurar a movimentação do solo e outras. Só 9,5% afirmaram existir controle do pisoteio do gado às margens de córregos, nascentes e nas encostas, para não deixar criar valas de processo erosivo.

A garantia de produtividade e baixa contaminação do solo são preocupações dos associados da ASHAGAFA/MS, confirmada pelas respostas de 23,8% dos associados, ao afirmarem que ocorre “adubação adequada e correção de acidez, com acompanhamento técnico e uso de herbicidas e inseticidas legais e recolhimento correto das embalagens”. Entretanto, há 28,1% de frequência para a opção de que não existe qualquer adubação ou correção da acidez do solo, reforçada por outros 38,1% de frequência para a opção de que a adubação ocorre de vez em quando, dentro das condições financeiras da Associação.

Diversas alternativas têm sido usadas para resolver o problema do lixo gerado dentro da Associação, destacando-se que é considerado um problema individual de cada associado, confirmada pelos 34,3% de frequência de respostas para a opção de que cada um é responsável pelo lixo que produz e dá-se um jeito como pode.

Há total ausência de orientação técnica para as questões ambientais na Associação, confirmada por 58,8% dos associados, de que nunca receberam orientação e outros 24,4% que informaram nada saberem.

Na análise bivariada, vários cruzamentos de informações foram realizados, no sentido de permitir verificar se existe associação ou dependência entre as diversas variáveis analisadas neste trabalho de pesquisa, o que poderá facilitar futuras tomadas de decisão dos poderes públicos municipais, estadual ou federal. No cruzamento de informações das variáveis sexo e grau de instrução, pode-se constatar que tanto homens quanto mulheres têm graus de instrução semelhantes, sendo o Nível Médio completo o maior grau de instrução para ambos os sexos. O cálculo do parâmetro Qui-quadrado indicou que a dependência não é significativa, com $Qui_2 = 0,79$ e $1 - p = 14,82\%$, isto é, o sexo não é fator determinante para o nível de escolaridade.

Já no cruzamento das variáveis sexo e renda anterior às condições de assentado, a constatação é que a totalidade das mulheres tinha renda de até R\$ 380,00 (um salário mínimo) antes de ingressarem na Associação, enquanto os homens apresentavam as seguintes características: 15,4% não tinham renda, 38,5% ganhavam até R\$ 380,00, 30,8% ganhavam entre R\$ 381,00 a R\$ 760,00 e 15,4% ganhavam entre R\$ 761,00 a R\$ 1.520,00. O cálculo do Qui-quadrado mostrou que a dependência não é significativa, com $Qui_2 = 4,65$ e $1 - p = 80,07\%$.

Ao se fazer o cruzamento da variável sexo com a renda atual, observou-se que 100% das mulheres associadas possuem renda atualmente, contra 46,5% dos homens que não têm renda. Constata-se que é mais difícil aos homens conseguirem trabalho remunerado na região do assentamento do que para as mulheres, já que essa renda, na sua grande maioria tem origem em atividades complementares, fora da ASHAGAFA/MS.

Resultado interessante observa-se no cruzamento da variável sexo e despesas pessoais e da família que mais pesam no orçamento, esta última com possibilidade de múltiplas respostas. As mulheres associadas indicaram a opção transporte como a que mais pesa em seu orçamento, seguida da educação e da alimentação. Já para os homens a alimentação é a que tem maior peso, seguida da saúde, em segundo lugar, e educação em terceiro. O transporte, para eles, foi o que menos pesa no orçamento. Os homens também indicaram a opção habitação, destoando da resposta das mulheres, que não pontuaram nesta mesma opção. O cálculo do Qui-quadrado mostrou que a dependência não é significativa, $Qui_2 = 4,65$ e $1 - p = 80,07\%$.

Ao relacionar a variável idade com renda atual, observa-se que a faixa etária de maior renda é a de 25 a 34 anos, onde 100% dos respondentes afirmaram possuir renda de até R\$ 760,00. Em contrapartida, tem-se 50%, na faixa etária de 16 a 24 anos, que está sem renda alguma, da mesma forma que 60% dos associados com idade entre 35 a 49 indicaram que também não possuem nenhuma renda. Neste caso, o cálculo do Qui-quadrado mostrou que a dependência é muito significativa, com $Qui_2 = 18,07$ e $1 - p = 99,39\%$, isto é, que a faixa etária é fator preponderante na obtenção de renda.

Comparando-se a renda familiar atual em relação à renda anterior nota-se que houve uma queda na renda média dos associados, pois atualmente 58,6% estão com renda igual ou inferior a um salário mínimo, e 35,3% sem renda alguma. Questionados quanto à existência ou não de renda complementar para a manutenção dos associados e suas famílias, 35,3% informaram que sim e outros 11,8% preferiram não responder, contra 52,9% que estão sobrevivendo apenas da renda que obtém das atividades de produção na sua própria área na Associação, delineando situação de pobreza entre os Associados.

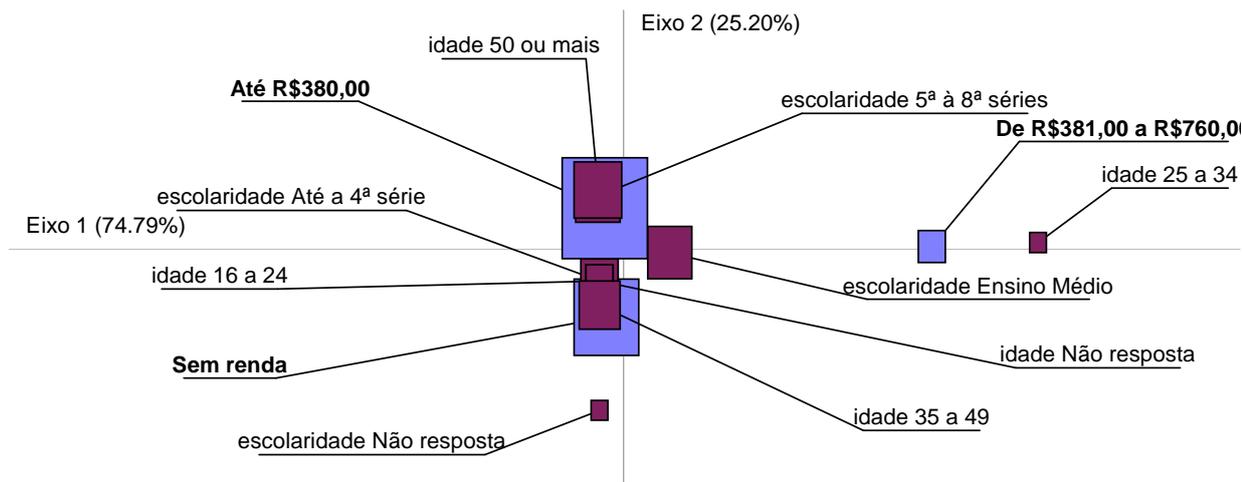
A principal despesa do associado é com alimentação, com 70,6% de indicação. A seguir vem a saúde, com 41,2% de indicações. A constatação é de que não estão conseguindo produzir alimentos para suprir suas necessidades básicas, o que torna necessária a aplicação dos poucos recursos auferidos com a venda de produtos ou serviços para a comunidade para adquirir, na cidade ou na região, o que necessitam para se alimentarem.

Objetivando identificar o grau de conhecimento quanto aos financiamentos obtidos pela Associação, questionou-se quanto ao acesso aos mesmos, como resposta obteve-se: 41,2% alegaram desconhecer ou não ter tido acesso a financiamento rural. Tal resultado está atrelado ao fato de que a maioria dos atuais associados ingressou na Associação em data posterior à liberação dos recursos oriundos dos financiamentos iniciais e que, portanto, não vivenciaram esses momentos, e dessa forma são desconhecedores desse fato. Dos assentados, apenas 17,6% afirmaram ter usufruído dos financiamentos obtidos pela Associação, os demais entraram na associação após a liberação e aplicação dos recursos para aquisição da terra, construção de casas, demais benfeitorias e custeio agrícola. Porém, todos têm se beneficiado da terra, das moradias e instalações gerais que foram construídas graças à liberação dos recursos.

O descontentamento quanto à situação dos financiamentos obtidos inicialmente é generalizado. Um total de 58,8% diz não concordar com as condições gerais destes, contra apenas 11,8% que diz concordar. Quanto aos 29,4% que alegam desconhecer essas condições, pressupõe-se que sejam associados novos. Dos associados da ASHAGAF/MS, 52,9% dizem ter acesso às informações da situação geral dos empréstimos obtidos, 41,2% deles alegam não serem informados dessas questões e 5,9% informaram desconhecer os fatos, evidenciando que a atual Diretoria não está com o canal de comunicação com os associados funcionando adequadamente, ou então os associados não estão respondendo positivamente às reuniões convocadas por esta.

A análise de correspondência múltipla é utilizada para verificar o quanto um conjunto de variáveis pode explicar o comportamento de outra variável dependente das primeiras, ao indicar as porcentagens de variâncias explicadas pelos eixos horizontal e vertical. Na Figura 1 estão ilustrados os resultados das variáveis idade e escolaridade “explicando” os resultados da variável renda atual na ASHAGAF/MS.

Figura 1 - Análise de correspondência múltipla com as variáveis idade e escolaridade “explicando” a variável renda atual na ASHAGAF/MS, em junho de 2007.

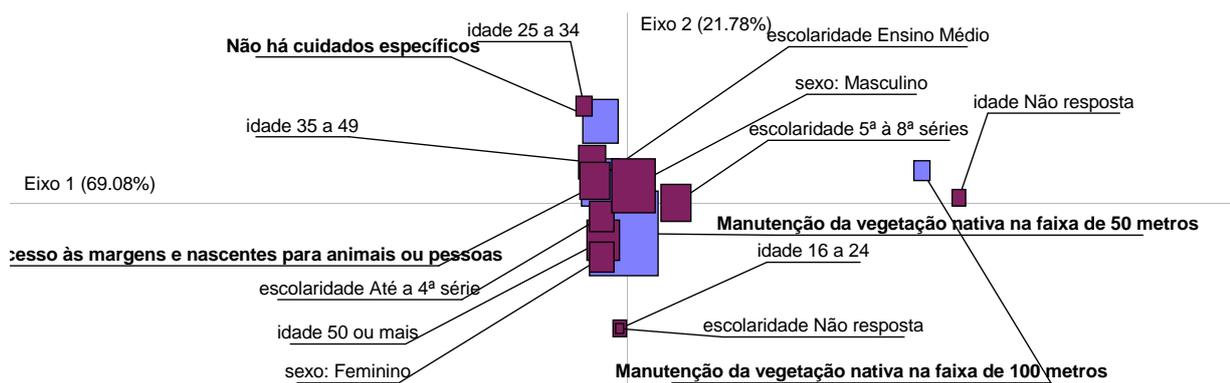


Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que as pessoas na faixa etária acima de 50 anos, com escolaridade da 5ª. à 8ª. série, ganham salário de R\$ 380,00. Pessoas na faixa de 25 a 34 anos ganham de R\$ 381,00 a R\$ 760,00. Os assentados na faixa de 16 a 24 anos e de 35 a 49 estão sem renda. Os eixos, horizontal e vertical, explicam 99,99% da variância.

Na Figura 2 estão ilustrados os resultados das variáveis idade, escolaridade e sexo “explicando” os resultados da variável cuidados ambientais na ASHAGAF/MS.

Figura 2 Análise de correspondência múltipla, com as variáveis idade, escolaridade e sexo “explicando” cuidados ambientais: margens e nascentes da fazenda da ASHAGAFA/MS identificadas em junho de 2007.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que, de modo geral, todos estão conscientizados sobre a necessidade de preservação ambiental, cuidando, especificamente, de margens e nascentes. Os eixos x e y explicam 90,86% da variância.

Também foram analisadas e apresentadas as informações referentes à situação atual quanto aos empréstimos e liberação de recursos oriundos do Fundo da Terra e da Reforma Agrária para a ASHAGAFA/MS, de agricultura familiar. A associação buscou esse recurso para aquisição das terras que a compõem, obtidas junto à Gestora Sócio-Organizacional dos Recursos do Fundo da Terra e da Reforma Agrária, Diretora do Programa de Crédito Fundiário e Coordenadora da AGRAER para Mato Grosso do Sul.

São possíveis beneficiários dos recursos oriundos do Fundo de Terra e da Reforma Agrária, no Mato Grosso do Sul, todos os homens e mulheres maiores de 18 anos, assalariados, assentados, meeiros, desde que tenham comprovação de sua origem do meio rural.

Para que os pequenos produtores rurais tenham acesso aos recursos do Fundo da Terra e da Reforma Agrária, os mesmos devem estar cadastrados no SQD - Sistema de Qualificação da Demanda do Ministério da Reforma Agrária - individualmente ou em grupo. Devem passar por um programa de qualificação por meio de palestras de orientação sobre o programa, recebendo toda a orientação necessária da forma de trabalho, linhas de crédito, financiamentos etc, para decidir se querem ou não ser inseridos no programa. Após, deverá ser localizada uma área para a compra, que deverá ser aprovada pela equipe técnica onde se analisará a produtividade, o valor e o tamanho.

Para a liberação dos recursos avalia-se o perfil do associado, comprovando-se pelo menos 5 anos de experiência em atividade rural; a área de terra para compra com documentos em dia, livre de ônus judicial e civil (área e vendedor); a renda familiar do beneficiado não poderá ser superior a R\$15mil/ano ou patrimônio superior a R\$ 30 mil, com exceção da casa de moradia.

Após a liberação há acompanhamento da equipe técnica responsável pela execução do projeto, que deverá fiscalizar o pagamento da compra da terra, da compra do material de construção para a casa de moradia e ainda, o pagamento da escritura e do ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis).

O beneficiado deve apresentar um projeto de sustentabilidade suficiente para pagar a terra e demais despesas como custeio de atividade agrícola e familiar. Só é liberado o recurso mediante apresentação do projeto de viabilidade econômico-financeira. O prazo para pagamento é de 15 anos, com dois anos de carência. Os pagamentos são em parcelas anuais integrais.

No estado de Mato Grosso do Sul existem 66 associações de pequenos produtores rurais financiadas pelo Fundo de Terras e da Reforma Agrária / Crédito Fundiário, sendo 52 do antigo Banco da Terra, em sistema coletivo e 14 individuais dentro do novo sistema.

A situação geral dessas, em relação aos financiamentos concedidos, é crítica. Nenhuma pagou a dívida conforme contrato assumido, sendo que aproximadamente metade pediu reescalonamento. Quatorze estão em processo de renegociação, cinco estão se estruturando para entrar com o pedido e outras estão totalmente desestruturadas, com denúncias de irregularidades sendo apuradas pelo Ministério Público, envolvendo aproximadamente 150 famílias.

O Crédito Fundiário em Mato Grosso do Sul para garantir o recebimento das dívidas adota três medidas: 1ª. - renegociar a dívida; 2ª. - fornecer assistência técnica para que os associados consigam produzir e gerar renda e 3ª. - levantar um diagnóstico da situação de cada uma das famílias, para então fazer um trabalho de revitalização de acordo com a situação encontrada.

A Associação Harmonia de Agricultura Familiar de Mato Grosso do Sul - ASHAGAFA / MS, fundada em 2001, que adquiriu, nesse ano de 2001, parte da propriedade Fazenda Harmonia, no município de Jaraguari, MS, com recursos oriundos de financiamento junto ao Banco da Terra, está inadimplente. Reescalou a dívida com o agente credor mas não conseguiu pagar nenhuma parcela, entrando então com um novo pedido de renegociação que ficou vinculado à obrigação de nomear uma nova diretoria e ainda, a quitação de dívidas existentes com outros credores.

As pessoas que, por um motivo ou outro, saíram da associação e foram substituídos por outros associados, deixaram de ser sócios na parceria da terra. Porém, são donos de dívidas oriundas dos financiamentos iniciais junto ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária, devendo legalizar a situação quitando as dívidas ou repassando-as ao novo associado, que deverá ser incluído na escritura da área da Associação, o que ainda não foi realizado.

4 CONCLUSÃO

O associativismo rural é uma realidade nacional, entretanto, o formato de associação de agricultura familiar em sistema de trabalho cooperativo e propriedade pró-indiviso, como o adotado para a ASHAGAFSA / MS necessita, ainda, de mais suporte teórico para melhor embasá-lo, bem como de outras experiências já conhecidas para usar como referência. Por isso, a generalidade do assunto, considerando-se também a sua possível aplicabilidade para outros casos similares.

Ao traçar o perfil sócio-cultural e econômico atual do associado, algumas informações sobressaem-se como determinantes: 76,5% deles são homens, com faixa etária média acima dos 50 anos, escolaridade entre o ensino fundamental completo e o ensino médio completo, destacando-se que de 2003 até junho de 2007, com as alterações societárias oficiais, alterou-se a linha da escolaridade, de 14,28% para 35,3% dos associados com o ensino médio completo, para citar a principal mudança. O maior índice é de dois filhos por família, e estes representam força de trabalho para as famílias. A renda anterior declarada era superior à renda atual, após entrada na Associação, retratando o nível de pobreza dos associados.

A maior parte destes associados precisa trabalhar como empregado em outros locais da região, fora do assentamento, para gerar receitas que complementem o orçamento doméstico. O gasto com alimentação é o que mais pesa no orçamento do associado. Dos atuais associados, 70,6% deles entraram na ASHAGAFSA/MS após sua constituição e liberação de recursos oriundos de financiamentos, herdando dívidas de recursos que não usufruíram diretamente. Embora aleguem desconhecer os financiamentos, 100% deles sabem que são co-devedores junto aos órgãos financiadores da compra da terra e insumos para produção, isso na fase inicial da associação.

Compreende-se que a criação do Banco da Terra, posteriormente substituído pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, responsável pela administração dos recursos oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, em fevereiro de 1998, filosoficamente, teve a intenção de resolver o problema do contingente de mão-de-obra liberada do campo com a sua mecanização agrícola e, ao mesmo tempo, criar condições de produzir excedentes de produção, gerando riquezas e inserindo novamente essa população nos meios de produção.

A Associação ASHAGAFSA/MS, por orientação do Programa de Crédito Fundiário, entrou com pedido de renegociação da dívida junto ao Fundo de Terras e da Reforma Agrária: Porém, até que a renegociação ocorra, os associados continuarão com impedimento comercial e financeiro de pleitearem novos empréstimos, sendo obrigados a trabalhar nas áreas ou cidades vizinhas para auferir recursos que lhes garanta o sustento de suas famílias.

As condições ambientais da área onde estão assentados, aparentemente correspondem às especificações legais quanto às áreas de preservação permanente, de reserva legal, das nascentes e córregos. Entretanto, por falta de manutenção, as inúmeras estradas internas apresentam processo erosivo. As áreas desmatadas para lavoura ou pastagem, aos poucos estão se tornando áreas de matas secundárias.

Há total ausência de orientação técnica para as questões ambientais atualmente na Associação, confirmada por 58,8% dos associados que nunca receberam orientação e outros 24,4% que informaram nada saberem.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO, Cláudia Rosa e NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de Administração**. São Paulo: Atlas, 2004. 181 p.

A. C. I. – Aliança Cooperativa Internacional / O. C. B. – Organização das Cooperativas do Brasil. **A Estrutura do Cooperativismo**. Disponível em <<http://www.ocesp.org.br/cprtvsmo.nun>>. Consulta em 19/10/2005 e 07/09/2007.

BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente – as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 160 p.

BENECKE, Dieter W.. **Cooperação & Desenvolvimento** – o papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países do Terceiro Mundo. Debate 2 – Coleção Cooperativismo. Assocene, 1992. 228 p.

CAVALCANTI, Marly e outros. **Gestão Social, estratégias e parcerias – redescobrimo a essência da administração brasileira de comunidades para o terceiro setor**. São Paulo: Saraiva, 2006. 321 p.

GONÇALVES, Carlos Alberto e MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.199 p.

- GORGEN, Frei Sérgio Antônio e STÉDILE, João Pedro. **Assentamentos – a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991. 232 p.
- LAMARCHE, Hugues. **A Agricultura Familiar**. Vol II – Do mito à realidade. Unicamp, 1998. 348 p.
- LOMBARDI, José Claudinei. **Globalização, Pós-Modernidade e Educação – história, filosofia e temas transversais**. Florianópolis, SC: Autores Associados, 2001. 272 p.
- MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. São Paulo: Atlas, 2004. 434 p.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **História do MST**. Disponível em <http://www.mst.org.br/histórico/história1.html>.> Acessado em 21/10/2005, 04/08/2007 e 18/09/2007.
- PIMENTA, Solange Maria, SARAIVA, Luiz Alex Silva e CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor – dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. 262 p.
- RIBEIRO, José Leonel. **Condições Socioeconômicas e Desenvolvimento Local no Assentamento Paraíso em Mato Grosso do Sul**. UCDB, 2003. 118 p.
- SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. 360 p.
- SPERRY, Suzana, CARVALHO Júnior, Carlos H. T. & MERCOIRET, Jacques. **Ações coletivas praticadas pelos produtores rurais**. Distrito Federal: Embrapa, 2003. 150 p.
- TONIASSO, Hélia Rosani. **A Gestão Empresarial e a Agricultura Familiar no associativismo rural de pequenos produtores em Mato Grosso do Sul – caso ASHAGAF/MS**. Campo Grande, MS: Programa de Pós-Graduação da UCDB, 2004. 74 p.